15 años SINTRAJUD nossa luta faz acontecer FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas

Filiado à Conlutas

Quarta-feira, 14 de abril de 2010 - Edição Especial - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Sintrajud segue campanha contra o Imposto Sindical

Na última semana, diretores do sindicato se reuniram com a presidência do TRF-3 solicitando que a cobrança não fosse realizada

Contrário a cobrança do imposto sindical, o Sintrajud moveu ação judicial, requerendo o impedimento dos descontos, a devolução dos valores e a nulidade da Instrução Normativa 1/2008 do Ministério do Trabalho, que prevê a cobrança dos servidores.

Como parte da campanha contra a cobrança do imposto, na semana passada, dia 09, o Sintrajud se reuniu com o juiz auxiliar da presidência do TRF, Gilberto Rodrigues Jordan. No encontro, os diretores do Sindicato Eliseu Trindade e Cléber Aguiar solicitaram a suspensão da cobrança, apresentando a posição do Sindicato contrária a ela e entregando um requerimento. O juiz, que concedeu liminar favorável à suspensão do imposto ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (leia mais na página 3), disse que iria apreciar o pedido.

A administração do TRF informou que o desconto de um dia de trabalho será efetuado no mês de abril. A cobrança compulsória deixou os servidores indignados. A diretoria do Sintrajud é contra a cobrança e vai defender na assembleia, do dia 17h, a devolução de sua parte para os servidores que reivindicarem, ou seja 60% do que for descontado.

Para o diretor do Sintrajud e servidor do TRF Cleber Aguiar, os trabalhadores devem contribuir voluntariamente para manter as entidades que os representem na defesa dos direitos e nas lutas. "A imposição do imposto é uma interferência na livre organização dos trabalhadores. Defendemos um sindicato independente do governo e das administrações", ressaltou.

Cleber também criticou a decisão do CJF e destacou que alguns sindicatos no país como o de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal já conseguiram liminar suspendendo o desconto.

"São Paulo entrou com ação logo que tomou conhecimento da decisão do CJF, mas até o momento não obtivemos êxito", disse a diretora do Sintrajud e servidora do TRT Leica Silva.

Ela criticou a postura da CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil) que nunca defendeu os servidores, mas moveu a ação requerendo o recolhimento do imposto sindical dos trabalhadores do Judiciário Federal ao CJF.

O Sintrajud realiza Conselho de Base e Assembleia Estadual no próximo sábado, às 17h, onde será discutida a campanha pela aprovação do PCS, contra o congelamento de salário, redução da jornada sem redução de salário e pelo fim do imposto sindical.

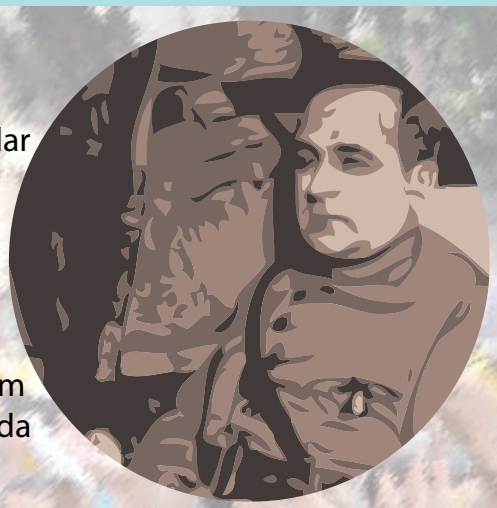


Mobilização de servidores: sindicato independente é fundamental para a categoria manter lutas e conquistas

Em defesa da livre organização dos trabalhadores

A origem

Para tentar controlar os sindicatos que começavam a questionar seu governo, Getúlio Vargas criou o imposto sindical em 1939, na pior fase da ditadura getulista Essa medida só atingiu o setor privado, até porque os servidores públicos eram proibidos de se sindicalizar



Como será distribuido

Em outubro de 2008, o ministro do Trabalho Carlos Lupi (PDT) baixou instrução normativa 01/2008 determinando a cobrança do IS dos servidores públicos, que representa um dia de trabalho do servidor. O ministério recebe o montante e distribui da seguinte forma: sindicatos (60%), federações (15%), centrais sindicais (10%) e Ministério do Trabalho (10%) e (5%) para as confederações



Quem está cobrando

Sem qualquer representatividade no Judiciário Federal, a desconhecida Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) entrou com a ação requerendo o recolhimento do IS

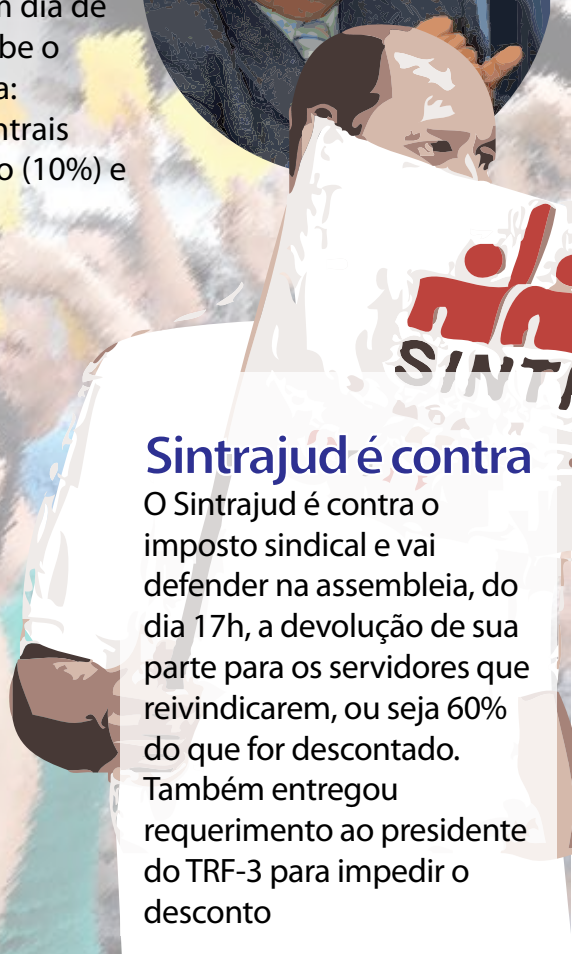
O Imposto nunca foi cobrado dos servidores

Após muita luta, com a Constituição de 88 sindicatos dos servidores públicos foram reconhecidos, mas não havia desconto do imposto sindical



CJF determinou cobrança

No início do ano o Conselho de Justiça Federal definiu que o desconto fosse feito nas justiças federais de todo país. TST e TSE não autorizam o recolhimento



Sintrajud é contra

O Sintrajud é contra o imposto sindical e vai defender na assembleia, do dia 17h, a devolução de sua parte para os servidores que reivindicarem, ou seja 60% do que for descontado. Também entregou requerimento ao presidente do TRF-3 para impedir o desconto

Contribuição compulsória

“Imposto Sindical acaba com sindicalismo livre e autônomo”

Em entrevista ao Sintrajud, o sociólogo Ricardo Antunes fala sobre a obrigatoriedade do imposto, a flexibilização da CLT e o governo Lula

O professor do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Ricardo Antunes é um dos principais estudiosos sobre sindicalismo e o mundo do trabalho atualmente. Autor de vários livros sobre o tema, entre eles “Os Sentidos do Trabalho” (Ed. Boitempo) e “O Novo Sindicalismo no Brasil” (Ed. Pontes), Ricardo Antunes recebeu a reportagem do Sintrajud em Campinas. Por mais de uma hora, ele explicou o que significa o imposto sindical e seus efeitos nefastos. Crítico do governo Lula, ele também falou como o Planalto tem privilegiado certos setores da sociedade. Sobre a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o professor rechaçou a Semana da Conciliação.

Imposto É uma derrota histórica dos trabalhadores de amplitude monumental. É injusto e ilegítimo, já no sindicalismo dos trabalhadores do setor privado. Foi criado num dos piores momentos da ditadura varguista, como uma forma de dar recursos estatais aos sindicatos e acabar com o sindicalismo autônomo, independente e de classe. Significa um controle do Estado sobre os sindicatos, um controle das finanças, portanto, econômico e político.

Os sindicatos nasceram na Inglaterra, nas chamadas Trade Unions, como organismos independentes dos trabalhadores, pagos por eles mesmos, livre e voluntariamente. O ato de filiação a um sindicato é um ato de defesa dos interesses da profissão, defesa dos direitos do trabalho. É também um ato de solidariedade de classe e, consequentemente, um ato político, ainda que num plano insipiente e primeiro.

A Constituição de 88 significou uma diminuição do controle do Estado sob os sindicatos, não a sua eliminação. Enquanto existir imposto sindical e enquanto existir unicidade sindical, o sindicato não é autônomo nem livre.

Unicidade A manutenção da unicidade sindical significa que cada ramo de trabalhadores tem de ter um único sindicato, porém isso é definido por lei. Isso é nefasto porque quem deve decidir são os trabalhadores. Defendo a unidade sindical, por exemplo, sou a favor que os professores da Unicamp tenham um único sindicato, mas isso é uma decisão dos professores, não é o Estado que tem que dizer como os professores têm que se organizar.

Quando o Estado diz como é que os trabalhadores devem se organizar, em verdade ele está querendo dizer como eles devem se desorganizar.

Disputa Hoje há uma disputa pelas bases. Antes o imposto sindical ia para os sindicatos, federações, confederações e Ministério do Trabalho, agora também vai para as centrais. 10% dos recursos do imposto sindical acabam drenando para as centrais sindicais. Além do imposto sindical, as centrais também ficam com os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). É uma máfia de dinheiro.

É fácil criar um sindicato hoje, não tem mais as coibições de antes de 1988. Cria-se um sindicato e recebe o imposto sindical. É um grande negócio. Há uma indústria de criação de sindicatos no Brasil. Primeiro porque está ocorrendo o que venho chamando de uma nova morfologia do trabalho. Novas categorias surgem, por exemplo, os trabalhadores de telemarketing.

Conciliação A Semana de Conciliação não é bem uma flexibilização dos direitos do trabalho, é pior do que isso. Embora a ideia seja evitar que o processo siga um curso longo na JT, e isso em si não seria mal, ela acaba sendo uma forma de burlar os direitos do trabalho. Se o trabalhador está reivindicando 10 salários, e acaba aceitando dois, significa que foi burlado em 80% do que estava pedindo. E as empresas gostam disso. Antevendo um pagamento volumoso daqui a alguns anos, elas pressionam pela conciliação. Por outro lado, a JT é também pressionada pelos mesmos valores do mercado. Tem produtividade dos juizes.

São raros os casos em que os trabalhadores são beneficiados. Mas, o trabalhador premido pelas necessidades, não pode esperar anos para ganhar o valor integral, ele arrisca. Burlar o direito do trabalho acaba sendo o ingrediente que favorece os parlamentares e ideólogos a defender mais flexibilização do trabalho.

CLT A CLT condensa um conjunto de direitos do trabalho que são importantes devem ser preservados. Quando me perguntam se sou a favor da alteração deles digo que sim, mas para melhor, nunca para baixo. Sou contra a revogação das leis do direito do trabalho, senão começamos do zero. Por outro lado, não sou a favor do capitulo sindical da CLT.

> **O imposto foi criado num dos piores momentos da ditadura varguista, como uma forma de dar recursos estatais aos sindicatos e acabar com o sindicalismo autônomo, independente e de classe**

Wladimir Aguiar



Governo Lula Qual classe burguesa teria interesse em depor um governo onde a estabilidade econômica fosse a melhor dos últimos 40 anos? O Lula trouxe para a burguesia uma tranquilidade que ela não tinha. Por isso, o Lula tem um traço de um governo Bonaparte, ou seja, traz um traço de segurança para a burguesia que um governo explicitamente burguês representado por uma persona burguesa muitas vezes não tem, por um motivo evidente, o movimento sindical, os movimentos sociais e a esquerda são temerosas de enfrentar o governo Lula. Não é por acaso que ele tem essa aprovação. A crise econômica deu uma saída para o governo Lula. Ele conseguiu valorizar o capital como ninguém nos últimos anos. Tanto é que o próprio Lula cansou de dizer: “Nunca os bancos ganharam tanto dinheiro como no meu governo”.

Para um governo que não é oriundo das classes burguesas, ficar na mão do grande capital é um risco muito grande. No primeiro governo Lula foram perdidos vários apoios no funcionalismo público, na classe operária organizada e no campesinato.

Independência e luta

“Conlutas não aceita receber o imposto sindical”

Para Zé Maria, receber o imposto sindical implica em um atrelamento que mata a independência de qualquer organização

Jornal do Judiciário - Por que a Conlutas é contra e não recebe o Imposto Sindical?

Zé Maria - A Conlutas definiu em seu Congresso que mesmo tendo o direito a receber o Imposto Sindical, por estar se legalizando como uma central sindical, não vai recebê-lo. Nós fomos a favor do processo de legalização das centrais sindicais, por que nós achamos que é um direito dos trabalhadores terem todas as suas organizações reconhecidas. Mas estivemos contra a lei específica que legalizou as centrais porque essa lei, além de legalizá-las, destinou uma parte do Imposto Sindical para o seu financiamento. E o Imposto Sindical, desde a sua criação, constitui uma das bases econômicas da cooptação e do atrelamento dos sindicatos ao Estado.

Portanto, financiar a nossa central com esses recursos implica em sujeitá-la a esse processo de atrelamento, que obviamente, se levado às últimas conseqüências, mata qualquer organização, como matou a CUT.

Não há nenhuma organização que possa manter a independência política do governo e do Estado se não tem independência econômica.

JJ - A manutenção da cobrança do Imposto Sindical e a transferência dos recursos para as centrais têm alguma relação com a proposta de reforma sindical, apresentada no começo do governo Lula?

ZM- A proposta de Reforma Sindical trazia uma mudança mais ampla da estrutura de representação e organização sindical em nosso país. Ela disponibilizava para a negociação coletiva os direitos que estão na lei, facilitando o processo de flexibilização dos direitos, não via uma mudança na legislação, mas via a negociação pelos sindicatos e pelas centrais. E centralizava nas mãos das centrais um poder imenso tanto de arrecadação como de negociação e contratação coletiva, coisa que as centrais sindicais não têm hoje.

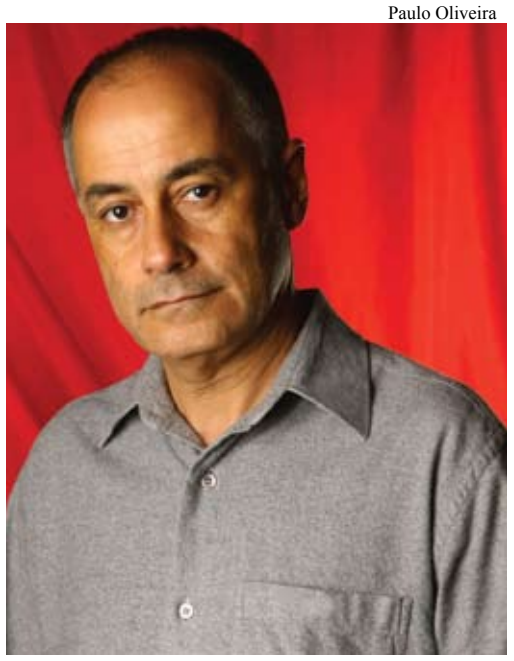
A proposta de reforma sindical não mantinha o Imposto Sindical, ela implantava algo pior: uma contribuição também compulsória sobre os trabalhadores que ia direto para as centrais sindicais.

Ao não ter aprovado a Reforma, o governo não só manteve o Imposto como resolveu, por uma lei específica, destinar os recursos às centrais. É uma compensação financeira às centrais pelo fato de não ter sido aprovado aquela reforma, mesmo com o apoio que a CUT e Força Sindical deram naquele momento na tentativa de aprová-la.

O Imposto Sindical, desde a sua criação, constitui uma das bases econômicas da cooptação e do atrelamento dos sindicatos ao Estado.

JJ – Então você defende que a Conlutas e os sindicatos não devam receber o imposto sindical?

Paulo Oliveira



ZM – Acho que é um exemplo importante para todos os sindicatos, porque a ampla maioria dos sindicatos, mesmo os que estão na base da Conlutas hoje, segue recebendo o Imposto Sindical. Isso tem a ver com a história e com a dependência inclusive desses recursos que essas entidades sofrem.

Assim como o Sindicato de São José dos Campos, ou então os Comerciários de Nova Iguaçu, há várias entidades que não dependem do Imposto Sindical, ou não recolhem, ou recolhem e devolvem para a categoria. São exemplos que demonstram que é perfeitamente possível uma entidade não só sobreviver, mas ser forte economicamente, promover a ação sindical, promover uma ação política no país, com financiamento espontâneo dos trabalhadores, seja a contribuição dos associados, seja os descontos que são feitos na época das campanhas salariais com a autorização de assembleia.

Esses são exemplos importantes e nós temos que nos apoiar neles. Além do exemplo da própria Conlutas, temos que levar adiante a discussão com todos os sindicatos que ainda recebem o imposto para que façam uma reformulação administrativa de forma a não mais depender desse dinheiro, e de forma a sustentar a ação sindical e a ação política da entidade, fundamentalmente, com contribuições voluntárias dos trabalhadores.

12 anos sem o Imposto, a história de um Sindicato independente



“A nossa forma de arrecadação define a nossa independência de governos e dos patrões”

Em 1997, ao reassumir a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, uma das primeiras medidas de Antônio Ferreira, o Toninho, foi iniciar um debate na base da categoria para que a entidade não mais recebesse os recursos do imposto sindical (IS). Este sindicato foi também o primeiro representante de trabalhadores da iniciativa privada a sair da CUT e iniciar a construção da Conlutas.

A decisão de que o Sindicato renunciaria aos R$5 milhões anuais, provenientes do IS, foi tomada pelos trabalhadores metalúrgicos em assembleias. Por uma liminar, que é renovada anualmente, a contribuição compulsória foi afastada da categoria.

Ao contrário do que muitos poderiam pensar, o patrimônio da entidade cresceu ao longo desses 12 anos. Como? Realizando amplas campanhas de sindicalização e convencendo os trabalhadores de que eles devem controlar e decidir sobre todos os aspectos da vida do Sindicato.



Trabalhadores da GM, em SJC, na luta contra o banco de horas

Um dos responsáveis pelas questões internacionais da Conlutas, Toninho afirma que a decisão de não receber o Imposto Sindical é uma escolha política e que as finanças do Sindicato devem estar voltadas para a organização e a luta da categoria. Portanto, ao não receber o IS, os metalúrgicos de São José se fortaleceram e conseguiram barrar o banco de horas e a flexibilização de muitos direitos.

“A nossa forma de arrecadação define a nossa independência de governos e dos patrões, por isso a Conlutas é a única central sindical do país que não recebeu um centavo do dinheiro do Imposto Sindical. Porque é independente”, afirmou.

LULA QUER ACABAR COM A AUTONOMIA DOS SINDICATOS DE SERVIDORES PÚBLICOS

Desde a posse, em 2003, governo do PT retira direitos dos trabalhadores com a colaboração de sindicalistas ligados às centrais governistas.

Desde a posse de Lula em 2003, muita coisa mudou no universo sindical e consequentemente na vida dos trabalhadores. Neste momento, pesa sobre os servidores a cobrança do imposto sindical, que "nunca na história desse país" havia sido cobrado da categoria.

Sindicalistas sérios e estudiosos do mundo do trabalho opinam que a cobrança do imposto sindical faz parte de uma política deliberada do governo Lula para dar recursos do Estado aos sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais para vinculá-los ao governo retirando, dessa forma, as respectivas autonomias.

Somente em 2008, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) recebeu R$ 19 milhões desse imposto e em 2009, R$ 21 milhões

Esta perspectiva se confirma quando se observa que, somente em 2008, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) recebeu R$ 19 milhões desse imposto e em 2009, R$ 21 milhões. Nesse período, a Força Sindical foi a segunda central que mais recebeu recursos do imposto sindical, seguida a CTB e da Nova Central. "A partir daí é possível se entender por que essas entidades não criticam as políticas do governo Lula", avalia Ana Luiza Figueiredo, servidora do TRF-3 e diretora do Sintrajud.

Ela ainda destaca: "A única central sindical que não recebe nenhum centavo desta famigerada cobrança é a Conlutas, por defender a autonomia financeira e política do Estado e do governo. E justamente por isso foi uma das entidades que realizou atos contrários ao governo".

Em sua opinião, essa cobrança é a outra face de uma mesma moeda, a cooptação das lideranças sindicais para que elas se submetam à política do governo: "Desde o seu primeiro mandato, o governo Lula vem transformando ex-dirigentes sindicais em Ministros e altos funcionários do Poder Executivo; agora está dando milhões de reais às centrais sindicais através do imposto sindical, e quer aumentar esse valor, cobrando um dia de trabalho dos servidores públicos", denuncia.

Reforma da Previdência, uma triste experiência

Logo após assumir a presidência, Lula fez aprovar a Reforma da Previdência. A decepção da categoria, ao ver o Presidente ex-operário atacando os trabalhadores, aumentou pelo papel assumido pela CUT naquele momento "de dar sustentação ao governo Lula, para que ele fizesse as reformas neoliberais com as quais havia se comprometido para ser eleito", avalia a diretora do Sintrajud Angélica Olivieri.

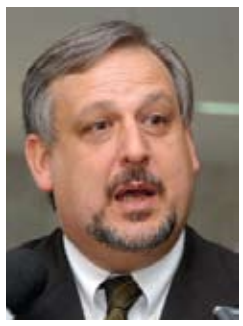
Ela lembra que o Ministro da Previdência à época era o ex-presidente do sindicato dos bancários de São Paulo, Ricardo Berzoini. Logo depois ele foi para o Ministério do Trabalho, sendo substituído, em 2005, por Luiz Marinho, que deixou a presidência da CUT para ir direto ao ministério, onde permaneceu até que a pasta fosse entregue, em 2007, para Carlos Lupi, do PDT, que mantém estreitas relações com a Força Sindical.

Carlos Lupi é o autor da instrução normativa que autoriza a cobrança do imposto sindical sobre os servidores públicos.

Para Angélica, o fato de o Ministério do Trabalho ter autorizado a cobrança contra os servidores públicos faz parte de um mecanismo "para aumentar o caixa das centrais governistas e acabar com a autonomia dos sindicatos que se enfrentaram com o governo Lula neste oito anos".



Luiz Marinho deixou a presidência da CUT para assumir o Ministério do Trabalho, em 2005. Depois foi para o da Previdência.



Ricardo Berzoini foi presidente do sindicato dos bancários de São Paulo e estava no comando do Ministério da Previdência quando a Reforma foi feita.



Carlos Lupi, do PDT, assumiu o Ministério do Trabalho em 2007. Seu partido, além de ser da base do governo, é ligado à Força Sindical. Foi ele quem autorizou a cobrança do IS sobre os servidores

Seja sócio

Mantenha o Sindicato forte e independente

O sindicato deve ser sustentado pela contribuição voluntária dos seus associados e se manter desatrelado do Governo

O Sintrajud defende que a entidade seja mantida pelos próprios filiados. Somente dessa maneira o Sindicato continuará forte, independente e firme na luta em defesa dos direitos dos servidores e da luta geral dos trabalhadores.

A vitória na luta pelos PCSs também só foram possíveis devido a independência do Sindicato diante do governo e das administrações. A independência política é conseqüência da independência financeira. O Sindicato é mantido com a contribuição espontâneas dos servidores associados.

Para a diretora do Sintrajud e servidora do TRF, Ana Luiza de Figueiredo, a luta dos trabalhadores exige organização e fortalecimento financeiro, mas tem que ser voluntário (através da sindicalização). "Os impostos são cobrados pelo governo e que com isso quer controlar os sindicatos, torná-los dependente financeiramente para submetê-los à sua política e seus interesses", ressaltou.

O Sintrajud quer se manter no caminho da luta e continua firme na sua trajetória em defesa de um sindicalismo livre, democrático, soberano, sem atrelamento ao Estado, ao governo e aos patrões.

Por isso, se você ainda não é sindicalizado, não perca tempo e venha fazer parte desse time. Sua participação é muito importante para manter o Sindicato cada vez mais forte e independente.

Kit Gaion



Sintrajud na luta contra o assédio moral

Jornal do Judiciário

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Carlos Batista/ Daniel Oliveira/ Fernando Antunes **Tiragem:** 13.000